

JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS MINEIROS



EDIÇÃO 213 OUTUBRO 2019

DECISÃO

70 anos
EM DEFESA DA
MAGISTRATURA



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
[31] 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Associações acionam STF contra a Lei da Impunidade

AMB



Reunião extraordinária dos presidentes de Associações de magistrados

Contra a impunidade e em defesa da Magistratura, a AMB e as Associações ingressaram com Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, questionando 11 dispositivos da Lei 13.869/19. Além disso, aprovaram várias ações e campanha nacional para denunciar essa norma que é também incentivo à criminalidade.

PÁGINAS 4 E 5

Amagis oferece suporte jurídico sobre a reforma da Previdência

PÁGINA 6



PALESTRA SOBRE SAÚDE MENTAL
ALERTA CONTRA A DEPRESSÃO

PÁGINA 28

MAGISTRATURA NACIONAL REPUDIA 'LEI DA IMPUNIDADE'

POR ALBERTO DINIZ*

“Estamos todos sintonizados nessa batalha, e dela não recuaremos, em defesa da Magistratura nacional e do Estado de Direito”

Associações de Magistrados de todo o País, entre elas a Amagis, estão atuando fortemente em várias frentes para invalidar a Lei de Abuso de Autoridade. Pelas diversas inconstitucionalidades e claro objetivo de fragilizar o Sistema de Justiça, a nova regra se converteu em flagrante Lei da Impunidade e até de incentivo à criminalidade.

Esse foi o resultado explícito da derrubada pelo Congresso Nacional dos vetos presidenciais, impondo retrocesso sem precedentes no histórico combate à impunidade, à criminalidade e a ilegalidades das mais diversas ordens.

O conjunto de ações que estamos adotando vão desde ADI junto ao STF (já protocolizada em 28/9), reuniões com os ministros do Supremo para entrega de memoriais, lançamento de Carta Aberta e campanha nacional para adesão popular, com o objetivo de envolver e alertar a sociedade sobre os efeitos nocivos da nova lei. Junto dessas, estudamos até mesmo a possibilidade de paralisação.

Além de garantir a continuidade ao combate intransferível à corrupção e outros crimes, nossa principal meta é dar respaldo e segurança jurídica à atuação dos magistrados e dos membros do Ministério Público, bem como de todos os agentes públicos que combatem a criminalidade neste País.

Sem quaisquer disfarces, a lei fragiliza a Magistratura perante a advocacia e aqueles que respondem a processos. É resultado de uma reação de quem não era alcançado pelas leis penais, mas que passou a ser.

Por isso, a ADI pede liminarmente a suspensão e, no mérito, a inconstitucionalidade de vários artigos. É obrigação do Estado garantir que magistrados, membros do MP e outros agentes exerçam suas funções sem intimidação, obstáculos, assédio, interferência indevida ou risco injustificado de incorrer em responsabilidades civis, criminais ou outras.

Aprovado com aqodamento e sem qualquer debate com a sociedade, o texto é repleto de imperfeições e impõe sanções desproporcionais com riscos de responsabilidade criminal para magistrados e membros do MP e as forças de segurança.

A declarada Lei da Impunidade blinda criminosos e pune quem tem o dever diário e constitucional de acusá-los e julgá-los dentro de devido processo legal, no âmbito do Estado de Direito.

Estamos sintonizados nessa batalha, e dela não recuaremos, em defesa da Magistratura e do Estado de Direito.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Presidente reúne-se com juízes e juízas do Vale do Aço **PÁG 03**
- Associações vão ao STF contra lei que incentiva a impunidade **PÁG 04**
- Amagis repudia derrubada de vetos e sai em defesa da classe **PÁG 05**
- Escritório orientará juízes sobre nova Previdência **PÁG 06**
- Amagis vai ao TJMG por paridade **PÁG 07**
- Ejef prioriza formação humanística de juízes **PÁG 08**
- Amagis tem adesão de 96% dos novos magistrados **PÁG 09**
- Amagis faz 64 anos em defesa da Magistratura **PÁG 10**
- Ingressos do 2º lote do encontro já estão à venda **PÁG 11**
- Eleição da AMB tem três chapas **PÁG 12**

- Juízes das varas de tóxicos enfrentam desafios diários **PÁG 14**
- Mineiros são destaques nos jogos da AMB **PÁG 18**
- MPMG homenageia três magistrados mineiros **PÁG 20**
- TJMG tem cinco novos desembargadores **PÁG 21**

SAÚDE!

- Diretoria investe em melhorias na gestão da Amagis Saúde **PÁG 27**
- Palestra desmistifica depressão **PÁG 28**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juíza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 · Cruzeiro - Belo Horizonte · MG - Telefax: [31] 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·
Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634
Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Presidente reúne-se com juízes e juízas do Vale do Aço

Alberto Diniz falou sobre a reforma da Previdência em reunião

FOTOS: RAUL MACHADO



Alberto Diniz atualiza os magistrados sobre a atuação da Amagis em Brasília e na capital mineira

Em continuidade às reuniões da gestão itinerante, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 18 de setembro, em Ipatinga (Vale do Aço), do 28º Encontro de Capacitação da Corregedoria (Encor). Do evento, participaram 58 juízes da 3ª Região de atuação da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais.

Durante o encontro, o presidente Alberto Diniz atualizou os magistrados sobre a atuação da Amagis, AMB e Associações, em Brasília, para impedir retrocesso com a Reforma da Previdência, cuja proposta oficial tramita em fase final no Senado Federal. Na avaliação do presidente da Amagis, essa atuação conjunta é fundamental para tentar evitar perdas para a classe.

Entre as questões discutidas, estão inconstitucionalidades contidas no projeto da reforma da Previdência,

que podem ser objeto de uma ação jurídica. Em setembro, a Amagis e demais Associações de classe apresentaram emendas à PEC paralela da reforma da Previdência. *Saiba mais na página 6.*

Desde o início de sua gestão, o presidente Alberto Diniz já se reuniu com juízes das Comarcas de Diamantina, Janaúba, Jaíba, Araxá, Pará de Minas, Varginha, Três Corações, Pedro Leopoldo, Ouro Preto, Itaúna, Pouso Alegre, São Gotardo e Montes Claros.

No 28º Encor, o anfitrião do evento e corregedor-geral de Justiça, desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca, apontou a importância de os juízes, como gestores, terem o conhecimento de dados como a produtividade, custo, satisfação de servidores e jurisdicionados, referentes à unidade que está sob a responsabilidade deles. ●

AL aprova nova divisão judiciária

PLC amplia cargos de juiz substituto do TJMMG

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou em 2º turno, no dia 25 de setembro, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 58/16, que modifica a organização e a divisão judiciária no Estado.

O projeto de autoria do Tribunal de Justiça foi aprovado na forma do vencido (texto aprovado com modificações no 1º turno) com a emenda

nº 4 da Comissão de Administração Pública, que trata do pagamento de diária a militares requisitados pela Justiça Militar. A Amagis fez gestões junto aos deputados pela aprovação do projeto.

Em síntese, o PLC acrescenta dispositivo à Lei Complementar 59, de 2001, que aumenta de três para seis o número de cargos de juiz substituí-

to do Juízo Militar e suprime a previsão normativa de três auditorias no interior do Estado, transferindo-as para a Capital. Com isso, Belo Horizonte passa a ter seis auditorias. O texto altera de trimestral para anual a periodicidade do envio da relação, para sorteio, dos candidatos ao cargo de juiz militar. ●

Com informações da ALMG

Associações vão ao STF contra lei que incentiva a impunidade

Dirigentes aprovam mobilização pela independência de julgar

FOTOS: AMB



Dirigentes associativos durante 5ª Reunião Extraordinária da AMB, em Brasília

Em uma reação imediata contra a derrubada dos vetos da Lei 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade cometidos por agentes públicos, a AMB ajuizou, no dia 28 de setembro, Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF, na qual questiona 11 dispositivos da norma.

Essa decisão foi referendada, em 1º de outubro, após a 5ª Reunião Extraordinária da AMB com dirigentes das Associações estaduais, realizada em Brasília, da qual participou o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz.

Segundo Alberto Diniz, ao ingressar com ação no STF, as Associações demonstraram não só agilidade na representação da classe, mas agiram de maneira assertiva ao apontar inconstitucionalidades em diversos dispositivos da Lei. “Os efeitos da derrubada dos vetos são absolutamente negativos ao combate a ilegalidades, corrupção e ao crime organizado”, denunciou.

“Os efeitos da derrubada dos vetos são absolutamente negativos ao combate a ilegalidades, corrupção e ao crime organizado”
Alberto Diniz

Na petição, a AMB pede a declaração de inconstitucionalidade dos seguintes dispositivos da Lei 13.869/2019: artigos 9º [parágrafo único, I, II, III], 10º, 19º, 20º, 27º e seu parágrafo único, 30º, 32º, 33º, 36º, 37º e 43º.

Na avaliação dos dirigentes associativos, os dispositivos contestados pela AMB ferem os princípios da independência judicial, da segurança jurídica [do ponto de vista subjetivo], da confiança legítima, intervenção

penal mínima, proporcionalidade e viola princípio constitucional da tipicidade dos delitos.

Para o presidente da AMB, Jayme de Oliveira, uma das consequências da Lei será o enfraquecimento das autoridades judiciais no combate à corrupção. “Nítido o propósito de amordaçar a Magistratura brasileira, impedindo-a de julgar livremente, de acordo com as leis e a Constituição”, afirmou.

MOBILIZAÇÃO

Na reunião extraordinária, os dirigentes associativos também definiram como estratégia medidas que visam à mobilização da classe, tendo como um dos objetivos esclarecer a população sobre os riscos de impunidade trazidos pela nova lei, alertando para o fato de que a nova legislação é prejudicial para a sociedade como um todo.

Entre as propostas aprovadas estão a realização de campanha de comunicação institucional para buscar o apoio popular contra a Lei 13.869/19, envio de carta, por e-mail, aos cidadãos e às entidades da sociedade civil, manifestando a posição contrária da Magistratura à derrubada dos vetos, a busca de assinaturas contra Lei da impunidade, como deverá ser chamada pelas Associações. Essas medidas serão apresentadas à Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), incluindo a proposta de paralisação das carreiras jurídicas, afetadas pela Lei.●

“Nítido o propósito de amordaçar a Magistratura brasileira, impedindo-a de julgar livremente, de acordo com as leis e a Constituição”
Jayme de Oliveira

Amagis repudia derrubada de vetos e sai em defesa da classe

Alberto Diniz afirmou que a Magistratura não se intimidará

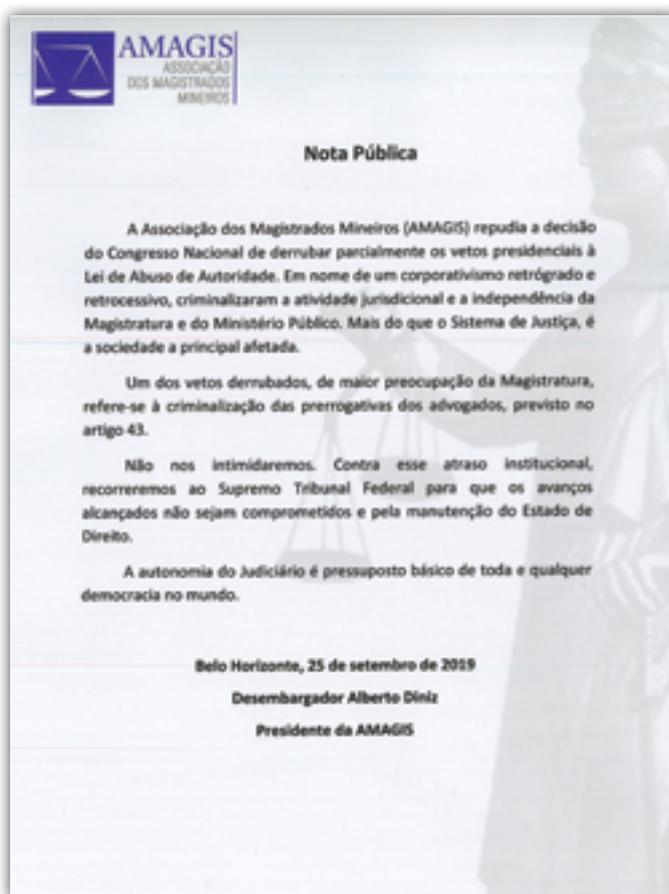
Em uma dura e necessária reação contra a derrubada parcial, pelo Congresso Nacional, dos vetos presidenciais à lei sobre crimes do abuso de autoridade, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, divulgou, no dia 25 de setembro, nota pública em repúdio à decisão do Legislativo federal.

No documento, Alberto Diniz adiantou que a Amagis, AMB e demais Associações de classe ingressariam no STF contra o que consideram atraso institucional. “Não nos intimidaremos! Contra esse atraso institucional, recorreremos ao STF para que os avanços alcançados não sejam comprometidos e pela manutenção do Estado de Direito”, afirmou.

Para o presidente da Amagis, a decisão do Congresso Nacional foi motivada por “corporativismo retrógrado e retrocessivo”, criminalizando a atividade jurisdicional e a independência da Magistratura e do Ministério Público. “Mais do que o Sistema de Justiça, a sociedade é a principal afetada”, disse.

“Não nos intimidaremos! Contra esse atraso institucional, recorreremos ao STF para que os avanços alcançados não sejam comprometidos e pela manutenção do Estado de Direito”

Alberto Diniz manifestou ainda grande preocupação com a derrubada do veto previsto no artigo 43, que se refere à criminalização das prerrogativas dos advogados. Em um alerta às consequências da decisão do Congresso Nacional, o presidente da Amagis concluiu: “A autonomia do Judiciário é pressuposto básico de toda e qualquer democracia no mundo”.●



Nota pública da Amagis

Juízes discutem efeitos da nova Lei

Magistrados debateram as possíveis interpretações do artigo 36

A aprovação da Lei 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade cometidos por agentes públicos, tem preocupado magistrados de todo o País, que discutem os efeitos da nova lei, a fim de compreender se futuras decisões poderão ser interpretadas como crime.

Foi nesse contexto que, no dia 27 de setembro, os juízes das Varas Cíveis, Criminais, Fazenda Pública, Tóxicos, Juizado Especial, Família

e Feitos Tributários da Comarca de Belo Horizonte reuniram-se no Fórum da Raja Gabáglia, onde discutiram o artigo 36 da Lei de Abuso de Autoridade.

O debate girou em torno do alcance das decisões judiciais de fazer ou não bloqueio on-line no sistema Bacenjud e se isso poderia ser interpretado como crime pela nova lei. Também foi questionado como serão feitas, a partir de agora, as penhoras eletrônicas, que são o

meio mais efetivo do credor receber seu crédito.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, tem acompanhado as discussões em Brasília e Minas para tomar todas as medidas necessárias para impedir prejuízos ao exercício da atividade judicante. “Estamos todos sintonizados nessa batalha, e dela não recuaremos, em defesa da Magistratura nacional e do Estado de Direito”, afirmou o presidente Alberto Diniz.●

Escritório orientará juízes sobre nova Previdência

Contrato prevê 48 consultas presenciais de casos individuais

A Amagis firmou contrato com o escritório Advocacia Brito Campos, especializado em direito previdenciário, para esclarecer as mudanças na previdência, oferecer consultas jurídicas e orientar os associados sobre a própria aposentadoria. O contrato tem a duração de dois meses, com vigência a partir do dia 8 de outubro até o dia 26 de novembro deste ano, somente às terças-feiras.

Nesse período, serão feitas até 48 consultas presenciais de casos individuais, na sede da Amagis, com tempo médio estimado de 40 minutos por consultante e agenda marcada pela Associação, conforme cronograma ao lado. Para isso, o associado deverá trazer documentação necessária para análise, sobretudo certidão de tempo de serviço a ser fornecida pela Diretoria

de Pessoal do TJMG.

As consultas poderão ocorrer também pela internet (Skype), a fim de atender aos associados do interior. O agendamento será feito diretamente na Amagis, pelo telefone (31) 3079-3498 [falar com Anderson].

Serão gravados vídeos sobre a Previdência Social dos associados, compondo acervo de até 30 ocorrências coincidentes com as perguntas e respostas das questões formuladas pela Amagis. O material ficará disponível no site da Associação e será ainda veiculado em seu WhatsApp.

A medida da Amagis visa esclarecer os associados sobre as prováveis alterações no regime previdenciário. Essas ações, que se iniciam neste mês, serão feitas em complementação às palestras e notas técnicas já realizadas. Eventuais procedimentos administra-

CRONOGRAMA DAS CONSULTAS

DATAS	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	NÚMERO DE CONSULTAS
08/OUT	terça-feira	14 às 18hs	6
15/OUT	terça-feira	14 às 18hs	6
22/OUT	terça-feira	14 às 18hs	6
29/OUT	terça-feira	14 às 18hs	6
05/NOV	terça-feira	14 às 18hs	6
12/NOV	terça-feira	14 às 18hs	6
19/NOV	terça-feira	14 às 18hs	6
26/NOV	terça-feira	14 às 18hs	6
TOTAL DE CONSULTAS			48

tivos ou processos judiciais necessários à solução da questão do associado deverão ser contratados diretamente com ele. ●

Associações propõem emendas à PEC paralela da Previdência

Dirigentes reforçam atuação contra perdas para a classe

Após o acordo no Senado para não alterar a proposta oficial da tramitação da Reforma da Previdência, a Amagis e as Associações de classe, reunidas na Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), apresentaram, no dia 18 de setembro, cinco emendas à PEC paralela da Reforma da Previdência.

A decisão foi tomada, no dia 10 de setembro, durante

a reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB, da qual o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou.

As emendas apresentadas pela Frentas são referentes ao cálculo dos benefícios do Regime Próprio de Previdência Social da União e do Regime Geral de Previdência Social, regras para aposentadoria, alíquota de contribuição e pensão por morte. ●

AMAGIS



Alberto Diniz durante reunião da AMB

Amagis vai ao TJMG por paridade

Em Brasília, foi feita defesa de adicional por tempo de serviço

Em defesa da paridade, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e a vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, juíza Marli Braga, reuniram-se, no dia 28 de setembro, com o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias.

Durante a reunião foram tratados temas como o pagamento de direitos concedidos aos magistrados da ativa extensivos aos aposentados e pensionistas, o aproveitamento de juízes aposentados em processos de conciliação, mediação e arbitragem.

O presidente da Amagis destacou que a Associação está empenhada em ouvir os pleitos de todos os juízes e juízas, aposentados e pensionistas, em favor da valorização de toda a Magistratura mineira.

Em âmbito nacional, Alberto Diniz participou, no dia 18 de setembro, da reunião da Coordenadoria dos Aposentados da AMB. Uma das principais reivindicações dos magistrados inativos é a PEC 63/2013, que institui parcela indenizatória da Valorização por Tempo de Magistratura e Ministério Público [VTM].

O vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis,

TIAGO PARRELA



Reunião na sede do TJMG

juiz aposentado Jorge Paulo dos Santos, os desembargadores aposentados Nicolau Masselli [diretor-tesoureiro da Associação], Baía Borges, Vanessa Verdolim e os juízes aposentados César Westin e Cantídio Dias de Freitas também participaram da reunião no TJMG. ●

SLS[®]

ENGENHARIA
EM ENERGIA

SOLUÇÕES EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

JÁ PENSOU EM REDUZIR SUA

CONTA DE ENERGIA EM ATÉ 95%?



**SOLICITE AGORA SUA
CONSULTORIA.**

✉ silvio@slsconsultoria.com.br



(31) 99130-1888



(31) 2514-9191



www.slsconsultoria.com.br

Ejef prioriza formação humanística de juízes

‘Justiça e sociedade’ é um dos eixos debatidos pela Escola

GEORGIA BAÇVAROFF



Presidentes da Amagis, do TJMG e vice-presidentes do Tribunal com os novos juízes e juízas

Com ênfase na formação humanística, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do TJMG, deu início, no dia 2 de setembro, ao 13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos do Tribunal, do qual participam os 70 novos magistrados que ingressaram na carreira em agosto.

A importância da relação entre o Judiciário e a sociedade foi reafirmada na manifestação do presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes. “Não precisamos de justiceiros, mas de juízes que façam Justiça. O magistrado tem que ter uma postura adequada perante a sociedade e a si mesmo. O juiz midiático está fora da curva do que é o magistrado”, advertiu.

A desembargadora Áurea Brasil, 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, pontuou que a missão do Judiciário é promover a pacificação social. Ao elencar os desafios que os novos juízes terão, ela disse: “Certamente, esta nova fase lhes proporcionará profunda realização pessoal e profissional, mas também lhes trará grandes preocupações e enormes responsabilidades e lhes demandará constante aperfeiçoamento técnico e humano, pois hoje, mais que nunca, se exige do magistrado habilidades que vão muito além do conhecimento jurídico”.

Para o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, que participou da abertura do curso da Ejef, ao dar ênfase à formação humanística dos magistrados, o TJMG e a Ejef atuam para que o Judiciário seja cada vez efetivo na solução de conflitos por meio da mediação, conciliação e humanização de penas, reafirmando seu protagonismo na busca de soluções para os conflitos levados pela sociedade ao Judiciário.

CURSO

Previsto para durar três meses, com 644 hora-aulas, o curso de formação inicial da Ejef é dividido em quatro eixos: Justiça e sociedade, técnica dos atos judiciais e prática supervisionada, acompanhamento psicossocial e psicologia jurídica, atuação gerencial e institucional.

O objetivo do eixo ‘Justiça e sociedade’ é analisar os desafios apresentados aos juízes na sociedade contemporânea,

problematizando a moral e a ética como elementos formadores da decisão judicial e abordando também as relações entre os magistrados, servidores e demais operadores da Justiça.

Nesse eixo, também é discutida a relação do Judiciário com os demais Poderes, a sociedade civil organizada, as representações sociais e de mercado e com os cidadãos, tendo como objetivos a qualidade e a celeridade da prestação jurisdicional.

Entre os temas abordados durante o curso, que articulam a formação humanística dos juízes, estão crise penitenciária, análise de pedidos de progressão e regressão de regime, aspectos controvertidos da Lei Maria da Penha e procedimentos para a instalação de uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac).●

Preço das diárias reduzido em 50%

COLÔNIAS DE FÉRIAS

O preço das diárias de hospedagem em todas as colônias de férias da Amagis foi reduzido pela metade, por tempo indeterminado, por decisão da diretoria da Associação.

Mais informações no Deacap: (31) 3079-3461

Amagis tem adesão de 96% dos novos magistrados

Filiações foram feitas após encontro com a diretoria

Com a adesão de 96% dos novos juízes, a Amagis ampliou seu quadro social, fortalecendo-se como legítima representante da Magistratura mineira. O primeiro contato dos magistrados que ingressaram na carreira, para conhecer a Associação, foi feito em 10 de setembro último, durante o 13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos do TJMG, promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

A apresentação da Amagis aos novos juízes foi feita pelo vice-presidente Administrativo, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e a vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere Couto, já que o presidente Alberto Diniz participava da solenidade de comemoração dos 70 anos da AMB em Brasília.

Luiz Carlos destacou o papel político desempenhado pela Associação na defesa da classe: "A Amagis trabalha em defesa das prerrogativas institucionais do magistrado, que afetam diretamente aos magistrados", afirmou.

A juíza Rosimere Couto, vice-presidente de Saúde, ressaltou a política de saúde preventiva promovida pela Amagis Saúde, que inclui ações como os programas "Amor à Vida" e Check-up. Informou ainda que o plano é um dos maiores do País na modalidade de autogestão, reconhecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por conta da excelência do atendimento aos seus usuários.

TIAGO PARRELA



Rosimere Couto, Luiz Carlos, Fernando Humberto e José Eduardo

A coordenadora da Amagis Saúde, Marina Shizuko, e o coordenador do Departamento Jurídico da Associação, advogado José Eduardo Vecchi, detalharam os serviços prestados pelos setores. O juiz aposentado Fernando Humberto falou sobre a cooperativa de crédito Sicoob Jus-MP.

ASSOCIATIVISMO

Após o encontro, os novos magistrados filiaram-se à Amagis. "A representatividade das categorias é essencial para a construção de cada carreira específica. Seja no conhecimento das particularidades e fortalecimento dessas categorias, para constituir um corpo que se identifica com um grupo e pleitear melhores condições de trabalho", avaliou o juiz Hugo Silva Oliveira.

Para a juíza Larisse de Carvalho Santa Rosa, a Amagis é um espaço de convivência e troca de experiência entre aqueles que integram a carreira, proporcionando o debate sobre temas de interesse da Magistratura e da sociedade. "Vejo na Amagis a importância de conviver com os colegas que integram a Magistratura e assim construir uma visão coletiva", comentou.

Já o juiz Guilherme Luiz Brasil Silva disse que, na medida em que promove a união da classe e defende as prerrogativas dos magistrados, a Amagis também beneficia a população. "Acho importante essa união dos magistrados para defesa das prerrogativas da classe. Isso reflete diretamente na prestação jurisdicional, pois o magistrado precisa estar preocupado com o que importa: a prestação jurisdicional ao cidadão", afirmou. ●

CURSOS ENFAM

● O Controle de Convencionalidade na Prática Judicial

Período: 10 de outubro a 19 de novembro

Modalidade: EAD

Vagas: 80

Carga horária: 40 horas/aula

Inscrições e informações: enfam.jus.br*

● Diretor de Foro

Período: 10 de outubro a 19 de novembro

Modalidade: EAD

Vagas: 80

Carga horária: 40 horas/aula

Inscrições e informações: enfam.jus.br*

● Judicialização da Saúde – Fundamentos e Práticas para a atuação Judicial

Período: 10 de outubro a 19 de novembro

Modalidade: EAD

Vagas: 80

Carga horária: 40 horas/aula

Inscrições e informações: enfam.jus.br*

● 1º Curso Nacional: Patrimônio Histórico e Cultural

Período: 10 de outubro a 19 de novembro

Modalidade: EAD

Vagas: 80

Carga horária: 40 horas/aula

Inscrições e informações: enfam.jus.br*

*Prazo para inscrição não informado pela Escola Nacional de Formação de Magistrados

Amagis faz 64 anos em defesa da Magistratura

Associação mantém vivo o ideal de valorização da classe

No dia 21 deste mês, a Amagis completará 64 anos de uma trajetória marcada pela união entre os magistrados do interior e da capital mineira, cujo propósito original – a defesa e valorização da Magistratura – continua sendo o seu principal eixo. Ao longo dessas seis décadas, a entidade foi fortalecida, ampliou sua atuação institucional e, hoje, tem o reconhecimento da classe em Minas e no País.

Esse reconhecimento é constatado diariamente pelo presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz, nas articulações desenvolvidas, seja em Minas Gerais ou em Brasília, em favor dos direitos e prerrogativas da classe. “Quando estamos em outros estados ou nos reunimos com representantes dos Três Poderes, seja na esfera municipal, estadual ou federal, fica evidente o respeito de todos pela nossa Associação”, disse o presidente da Amagis ao ressaltar a importância do trabalho dos dirigentes associativos, honrando a história e tradição da Magistratura mineira.

Registros históricos disponíveis no Memorial da Amagis, instalado na entrada do edifício-sede da Associação, em Belo Horizonte, demonstram a importância desse trabalho e união da classe para o associativismo mineiro. Foi em 1º de setembro de 1972, com a incorporação da Associação Regional de Magistrados [Armam], criada em Juiz de Fora, no dia 3 de outubro de 1970, e da Associação Estadual dos Magistrados [Assemag], criada no dia 28 de dezembro de 1970, à Amagis que a Associação se fortaleceu.

Naquela época, o então presidente do TJMG, desembargador Helvécio Rosenberg, reconhecendo que as duas Associações regionais representavam uma parcela signifi-

“Preservar a história da Magistratura mineira é uma forma de fortalecer a luta em prol da classe”
Alberto Diniz

cativa da classe, atuou para unificar a Armam e Assemag na Amagis, que havia sido criada formalmente em 21 de outubro de 1955, tendo sido reconhecida como instituição de utilidade pública dois meses depois.

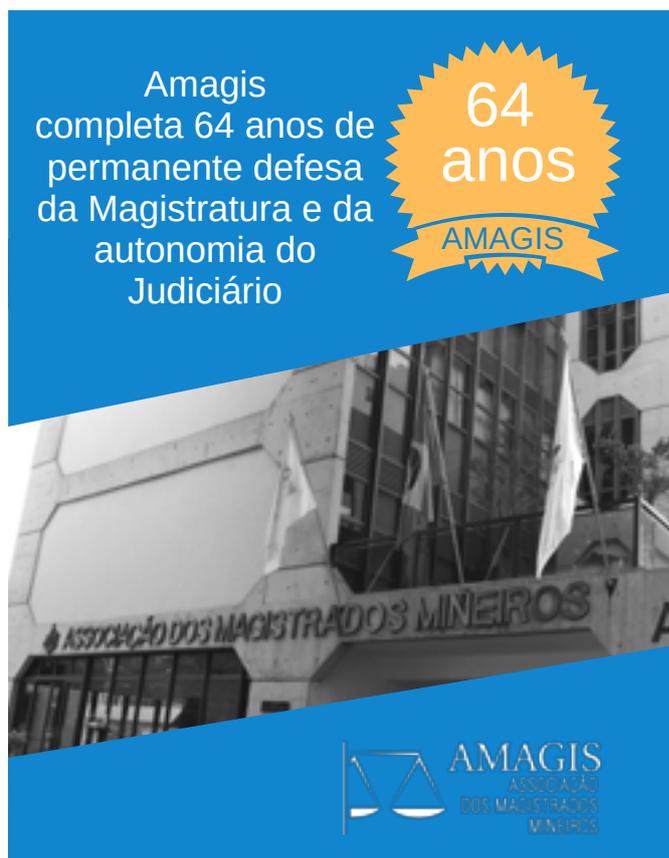
Uma das primeiras conquistas da Amagis em favor da classe ocorreu no período de unificação das Associações regionais, quando o então presidente Helvécio Rosenberg negociou com o governador Rondon Pacheco para que a Caixa Econômica Federal, em convênio com o TJMG, passasse a fazer o pagamento dos subsídios dos magistrados.

Entre as iniciativas mais relevantes para o fortalecimento da Associação, conforme demonstram os documentos disponíveis no Memorial da Amagis, está a criação do plano de saúde da Magistratura mineira. Concebido inicialmente como Departamento Médico-Hospitalar-Odontológico, a Amagis Saúde foi instituída no dia 22 de abril de 1976 na

Amagis completa 64 anos de permanente defesa da Magistratura e da autonomia do Judiciário

64 anos

AMAGIS



gestão do desembargador Erotides Diniz. Consolidado, o plano tem sua excelência reconhecida consecutivamente pela Agência Nacional de Saúde Suplementar [ANS].

Nos seus primeiros anos de existência, a Amagis funcionava em uma discreta sala do fórum. Portanto, conforme apontam os registros, a construção da sede na rua Albita, no bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte, foi muito importante para o progresso da Associação. O prédio foi idealizado pelo ex-presidente desembargador Lincoln Rocha, sendo inaugurado no dia 23 de maio de 1984.

Como o passar dos anos, as instalações da Amagis foram ampliadas e, hoje, os associados têm à sua disposição, ao lado do edifício-sede, o Parque Esportivo e o Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito [CAMT]. Com a estrutura de um clube, mas com a exclusividade da classe, o Parque Esportivo é uma opção de lazer para a família da Magistratura.

Nesses 64 anos, a Amagis teve 18 presidentes, sendo o desembargador Alberto Diniz o 19º. Para ele, os ex-presidentes, cada um a seu modo, contribuíram para que a Amagis seja considerada como a segunda maior Associação de magistrados da América Latina. “Preservar a história da Magistratura mineira é uma forma de valorizar não só um passado de luta em prol da classe, mas, principalmente, de buscar inspiração para os desafios atuais e futuros”, afirmou Alberto Diniz. ●

Ingressos do 2º lote do encontro já estão à venda

Congraçamento da Magistratura terá show do Capital Inicial

Com a alta procura dos magistrados, o primeiro lote de ingressos para o Encontro de Congraçamento da Magistratura Mineira já se esgotou. Assim, já está à venda o segundo lote de entradas vendidas exclusivamente para associados da Amagis e seus dependentes.

Neste ano, o encontro será embalado pelo show da banda Capital Inicial. Originário de Brasília, o grupo foi criado em 1982, período em que emergiu, na capital federal, uma nova geração do rock brasileiro, dando origem a bandas como Legião Urbana e Paralamas do Sucesso, além do Capital Inicial. Da sua for-

mação inicial, o Capital Inicial conta com a presença de Dinho Ouro Preto (voz, violão e guitarra), Fê Lemos (bateria) e Flávio Lemos (baixo). O guitarrista e violonista Yves Passarel integra o conjunto desde 2002.

Os ingressos do 2º lote para o Encontro de Congraçamento têm um custo de R\$ 250,00 e serão vendidos exclusivamente pelo site amagis.com.br até o dia 15 deste mês. A partir do dia seguinte (16 de outubro), serão disponibilizados mais ingressos, desta vez, para os convidados dos associados.

Os magistrados interessados em se hospedarem no Centro de Apoio

ao Magistrado em Trânsito (CAMT), ao lado da sede da Amagis, em Belo Horizonte, devem fazer sua inscrição pelo e-mail zeluiz@amagis.com.br ou pessoalmente, no Departamento de Administração, Colônia de Férias e Patrimônio (Deacap), na Associação, até o dia 30 deste mês.

O sorteio será realizado no dia 31 de outubro, às 16h, no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. Os contemplados que não efetuarem o pagamento até cinco dias úteis após o sorteio serão considerados desistentes. Os associados da capital não poderão participar do sorteio para reserva no período relativo ao evento.●



Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.

Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em:
www.amagissaude.com.br



Eleição da AMB tem três chapas

Votação será por meio da internet, carta e presencialmente

Dos dias 5 a 8 de novembro, magistrados de todo o País irão participar da eleição direta para a escolha do futuro presidente e dos Conselhos Executivo e Fiscal da AMB, que irão dirigir a Associação nacional durante o triênio 2020/2022.

O pleito é disputado pelas seguintes chapas: 'AMB + Forte, Uma só Magistratura', encabeçada pela juíza do Rio de Janeiro, Renata Gil; 'Unidade [da carreira] e [é] independência [da Magistratura]', que tem à frente o juiz catarinense José Carlos Kulzer, presidente da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 12ª Região [Amatra 12], e a "Magistratura

Independente", liderada pelo juiz pernambucano Luiz Gomes da Rocha Neto. Veja abaixo a composição das chapas.

Em 5 e 6 de novembro, a votação será pela internet. Já nos dois dias seguintes, o sufrágio será por meio de carta ou presencial. Para participar da escolha do futuro presidente da AMB, o magistrado associado deve estar com a situação regular até três meses antes da eleição, inclusive quanto ao pagamento das contribuições devidas, no caso de o associado ser vinculado diretamente à Associação nacional. ●

COMPOSIÇÃO DAS CHAPAS

● Magistratura Independente

Luiz Gomes da Rocha Neto [TJPE] – presidente
 Irineu Jorge Fava [TJSP] – vice-presidente
 Andrea Cartaxo [TJPE] – vice-presidente
 Renata Guarino [TJRJ] – vice-presidente
 Leo Henrique Furtado [TJPR] – vice-presidente
 Antônio Gil Barbosa [TJPA] – vice-presidente
 Elizabeth Baisch [TJMS] – vice-presidente
 Virgínia de Lima [TJPB] – vice-presidente
 Robson Celeste Candelório [TJMS] – vice-presidente
 Lisabete Marchetti [TJPI] – vice-presidente
 Leonel Cavalcanti [TJPA] – vice-presidente
 Mariza Borges [TJPE] – vice-presidente
 Marcos Garces [TJPE] – coordenador da Justiça Estadual
 Andrea Keust [filiação direta AMB] – coordenador da Justiça do Trabalho
 Eduardo Cubas [filiação direta AMB] – coordenador da Justiça Federal
 Jorge Luiz de Oliveira [Amajme] – coordenador da Justiça Militar
 Eduardo Guimarães [Amaerj] – coordenador dos Aposentados
 Alyzia Fabiana Borges Carrilho [TJPB] – Conselho Fiscal
 Sandoval de Assis e Silva [TJPE] – Conselho Fiscal
 Caio de Britto [TJMS] – Conselho Fiscal

● AMB + Forte, Uma só Magistratura

Renata Gil [presidente da Amaerj] – presidente
 Elayne Cantuária [presidente da Amaap] – vice-presidente
 Fábio Esteves [presidente da Amagis-DF] – vice-presidente
 Fernando Bartoletti [presidente da Apamagis] – vice-presidente
 Herval Sampaio [presidente da Amarn] – vice-presidente
 Jussara Schittler [presidente da AMC] – vice-presidente
 Levine Raja Gabaglia [Asmeço] – vice-presidente
 Maurício Drummond [TJRJ] – vice-presidente
 Ney Alcântara [presidente da Almagis] – vice-presidente
 Rosimere Couto [Amagis-MG] – vice-presidente
 Thiago Brandão [presidente da Amapi] – vice-presidente
 Vera Deboni [presidente da Ajuris] – vice-presidente
 Frederico Mendes Júnior [Amapar] – coordenador da Justiça Estadual
 Antônio César Coelho [presidente da Amatra XIV] – coordenador da Justiça do Trabalho
 Priscilla Corrêa [TJRJ] – coordenadora da Justiça Federal
 Paulo Adib Casseb [Amajme] – coordenador da Justiça Militar
 Roberto Felinto [Amaerj] – coordenador do Aposentados
 Alexandre Miguel [presidente da Ameron] – Conselho Fiscal
 Eduardo Siravegna [presidente da Amamsul] – Conselho Fiscal
 Maria Isabel da Silva [Amagis-DF] – Conselho Fiscal

● Unidade [da carreira] e [é] independência [da Magistratura]

José Carlos Kulzer [presidente da Amatra XII] – presidente
 Antônio Pimenta Gonçalves [Amatra II] – vice-presidente
 Camila Caldas [presidente da Amatra IX] – vice-presidente
 Fábio Augusto Dadalt [Amatra XII] – vice-presidente
 Karen Vilanova [Ajuris] – vice-presidente
 Marcelo Oliveira [ACM] – vice-presidente
 Maria Regina [Amatra XII] – vice-presidente
 Paulo César Madeira [Amaap] – vice-presidente
 Raul Mariano Junior [Ajufesp] – vice-presidente
 Reijjane Ferreira de Oliveira [Amepa] – vice-presidente
 Ricardo Cordova [Amatra XII] – vice-presidente
 Valéria Sanchez [Amatra XII] – vice-presidente
 Eugênio Couto [Ajuris] – coordenador da Justiça Estadual
 Farley Ferreira [Amatra II] – coordenador da Justiça do Trabalho
 Rafael Porto [AjufeMG] – coordenador da Justiça Federal
 Alexandre Aronne [Ajuris] – coordenador da Justiça Militar
 Lourdes Dreyer [Amatra XII] – coordenador dos Aposentados
 Antonio Oldemar [filiação direta AMB] – Conselho Fiscal
 Maria Aparecida Jeronimo [Amatra XII] – Conselho Fiscal
 Maria Madalena Telesca [filiação direta AMB] – Conselho Fiscal

Realize LEILÃO com quem é AUTORIDADE no assunto



jonasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

ESPECIALISTAS NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO ONLINE



Confira Nossa Agenda de Leilões

TERÇA-FEIRA
OUTUBRO 01



João Pinheiro, Vazante/MG

QUARTA-FEIRA
OUTUBRO 02



Ipatinga, Januária, Manga,
Monte Azul, Pirapora/MG

TERÇA-FEIRA
OUTUBRO 08



Divinópolis, Arcos, Oliveira,
Carmo do Cajuru/MG

QUARTA-FEIRA
OUTUBRO 09



Belo Horizonte, Conselheiro
Lafaiete, Divinópolis/MG

TERÇA-FEIRA
OUTUBRO 15



Allenas, Alpinópolis, Bom
Despacho, Cabo Verde/MG

TERÇA-FEIRA
OUTUBRO 15



Lavras

QUARTA-FEIRA
OUTUBRO 16



Leópolis, Muriaé, Além
Paraiíba/MG

QUARTA-FEIRA
OUTUBRO 16



Santos Dumont, Palma,
Muriaé/MG

TERÇA-FEIRA
OUTUBRO 22



Tupaciguara, São João del
Rei, Ubá, Viçosa/MG

QUARTA-FEIRA
OUTUBRO 23



Coromandel, Perdizes,
Uberaba/MG

* Confira a lista completa no site do leiloeiro

37 3242-2218 | 37 9862-5653

leiloesm@leiloesm.com.br



GRUPO CRÉDITO

Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

Juízes das varas de tóxicos enfrentam desafios diários

Acervo em Belo Horizonte é de cerca de 20 mil processos

FOTOS: TIAGO PARRELA



Juíza Andréa Miranda durante audiência na 2ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte

POR IZABELA MACHADO

As quatro Varas de Tóxicos de Belo Horizonte, situadas no Fórum Lafayette, são responsáveis por um acervo de cerca de 20 mil processos. A maioria deles envolve réus presos, o que aumenta a urgência no julgamento dos casos. Como o tráfico de drogas é um dos crimes de maior ocorrência no País, o volume de trabalho de magistrados e servidores dessas varas aumenta diariamente. Por conta disso, as pautas de audiência são extensas e ocupam todos os dias úteis da semana.

As varas de tóxicos têm uma peculiaridade em relação às demais varas criminais. As cautelares tramitam na própria vara, e não na Central de Inquéritos, o que demanda um trabalho intenso das secretarias e de seus respectivos gabinetes. Além disso, a lei que regulamenta o crime organizado estabelece que, quando há atuação de criminalidade organizada, as forças de segurança dispõem de meios diferenciados de produção de prova, como interceptação telefônica, agente infiltrado e delação premiada. Como as varas de tóxicos lidam frequentemente com organizações criminosas sendo processadas e julgadas, há uma utilização mais corriqueira desses meios, que não são tão comuns em outras unidades judiciárias.

De acordo com a juíza titular da 2ª Vara de Tóxicos de BH, Andréa Cristina

de Miranda Costa, em uma vara desse porte, é preciso haver um esforço conjunto para dar vazão a tantos processos. “Hoje, o crime aumentou consideravelmente e temos que lutar contra as facções criminosas. Isso faz com que o trabalho seja redobrado. Sem a atuação intensa do gabinete e da secretaria, é impossível levar adiante esse trabalho porque, no período da tarde, eu estou envolvida com as audiências e há inúmeros processos para serem sentenciados e despachados. Por isso, falo sempre que na vara de tóxicos não existe ‘eu faço’, e sim o ‘nós fazemos’”, afirmou a magistrada.

ESTRUTURA

No mês de agosto, durante uma semana, a 2ª Vara de Tóxicos de BH realizou uma audiência com 31 réus. Desses, 25 foram presos em flagrante, o que demandou uma movimentação intensa. “O Ministério Público representou pela prisão desses réus durante a audiência, o que foi uma surpresa para mim, que tive que decidir naquele momento. Isso gerou uma preocupação porque, a partir do momento que você avisa ao cidadão que ele está preso, é impossível prever qual será a reação dele. Então, é por isso que as pessoas precisam compreender, por exemplo, a necessidade do uso de algemas aqui dentro”, ressaltou a juíza Andréa Miranda Costa.

Para que as audiências ocorram sem intercorrências, é necessário haver não apenas um forte esquema de segurança, mas toda uma estrutura capaz de dar conta de tamanha movimentação. Por isso, o TJMG, por meio da direção do foro da Comarca de Belo Horizonte, disponibilizou uma sala especial no Fórum Lafayette que comporta um maior número de pessoas, já que, para cada réu, são necessários dois policiais na escolta. Além disso, há uma sala onde o advogado possa conversar reservadamente com seu cliente antes da audiência.

“E o mais importante, em audiências dessa complexidade, nas quais lidamos com facções criminosas conhecidas no Brasil inteiro, precisamos destacar o apoio do Centro de Segurança Institucional do Tribunal, da Polícia Militar e da Secretaria de Administração Prisional, que não medem esforços para garantir a segurança de magistrados, servidores e dos cidadãos que transitam diariamente no prédio. A cooperação do Ministério Público, dos advogados e da Defensoria Pública também é de extrema importância”, ressaltou a titular da 2ª Vara de Tóxicos de BH.

COMBATE AO TRÁFICO

De acordo com o juiz titular da 4ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, Fausto Bawden de Castro Silva, o maior número de pessoas envolvidas

no tráfico são os usuários que também praticam o crime para conseguir a droga. São pessoas que, quase por uma necessidade gerada pela dependência aliada à falta de recursos financeiros, veem na prática de alguns crimes previstos na Lei de Tóxicos uma fonte para obter o produto. “Com isso, nós vemos que os grandes traficantes, aqueles que de fato mantêm a rede de tráfico, dificilmente são encontrados porque as pessoas que estão na ponta, vendendo a droga, são presas e substituídas diariamente”, observou o magistrado.

Segundo Fausto Bawden, a legislação é engessada com relação ao traficante porque ela não permite que haja uma modulação para verificar o grau de periculosidade desse indivíduo e, dessa forma, estabelecer a pena. “A legislação trata com igualdade tanto o maior quanto o menor traficante, e isso vai resultar apenas na análise final do juiz que poderá alterar um pouco a pena a ser aplicada, porém, a tipificação dos dois será sempre a mesma. Tanto o pequeno quanto o grande traficante serão colocados no mesmo patamar”, pontuou o titular da 4ª Vara de Tóxicos.

Na avaliação do juiz titular da 3ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, Thiago Colnago Cabral, para um combate efetivo ao tráfico de drogas no País, é preciso haver também um índice de prisão qualificado para que se alcance quem está no topo da hierarquia funcional. Segundo o magistrado, as características da organização criminosa pressupõem também a fungibilidade de executores, como demonstra a Convenção de Palermo, que é o primeiro instrumento a tratar de organização criminosa em âmbito internacional. “A estrutura funciona por si só. Não depende de um determinado sujeito, a não ser que aquele sujeito esteja em um ponto muito alto da hierarquia”, destacou Thiago Colnago.

Por isso, segundo ele, a atuação persecutória do Estado precisa alcançar níveis mais elevados, como aqueles vinculados à lavagem de capitais, para que seja possível chegar até o âmago da organização. E ao juiz não basta que ele atue. Ele tem que ser demandado a atuar com uma qualidade da produção probatória compatível com a organização criminosa. “De modo que, o que me parece mais adequado identificar como o papel do Judiciário no combate às organizações criminosas é reconhecer a relevância desse tipo

de demanda. É aqui que entra, por exemplo, a importância da Lava Jato”, ressaltou o magistrado.

JUSTIÇA HUMANIZADA

O que mais preocupa o titular da 1ª Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, Ronaldo Vasques, é não cometer injustiças durante o julgamento. Segundo ele, cabe ao juiz saber separar o joio do trigo. “O verdadeiro traficante, aquele responsável pela droga, tem que ser penalizado. Agora, aquele que é o zumbi do tráfico precisa, principalmente, de tratamento. É claro que se ele cometeu uma atividade ilícita, deve responder perante a lei, mas o juiz tem que saber usar o bom senso”, ponderou o magistrado.

Segundo ele, antes de formular uma sentença, o magistrado deve analisar com responsabilidade o contexto em que se encontra o réu. “A minha sentença é uma parte de mim. Eu não prendo por prender. Hoje, prende-se uma pessoa com três pedras de crack debaixo de um viaduto e dizem que esse indivíduo é um traficante perigoso. Coloque-se no lugar de miséria dessa pessoa: sem tomar banho, com dor de dente, sem comida. A própria vida já penaliza a pessoa”, reconheceu Ronaldo Vasques.

Para o titular da 1ª Vara de Tóxicos, os magistrados que ingressaram recentemente na carreira devem aproveitar a experiência nas cidades do interior para refletir sobre as diferenças sociais existentes no País. E esse aprendizado deve ser empregado na lida diária como juiz. “O Código Penal é único para o Brasil inteiro, mas nós não podemos aplicá-lo com o mesmo rigor em situações tão diferentes. Apesar da vara de tóxicos ser uma vara específica, da matéria ser a mesma, as circunstâncias são diferentes. Portanto, cabe ao juiz saber aplicar a lei, dentro da legalidade”, afirma.

Na condução de seu trabalho, o mais importante para o juiz Ronaldo Vasques é o respeito. Para ele, não há distinção entre quem se senta à sua frente ou ao seu lado durante uma audiência. “Se eu respeito uma pessoa que entra aqui, algemada e de roupa vermelha, ela jamais vai ter raiva de mim. Esse indivíduo sabe o que ele fez. Eu não preciso destrotá-lo para condená-lo ou absolvê-lo. Nós tiramos a liberdade da pessoa, mas nunca a dignidade dela. É um poder muito grande que é dado pelo Estado a nós, magistrados. É uma carga muito pesada, e a gente tem que olhar essas pessoas com os olhos do bom senso. Só isso”, afirmou Ronaldo Vasques. ●

“O crime aumentou consideravelmente e temos que lutar contra as facções criminosas”

Andréa Miranda Costa

“Aquele que é o zumbi do tráfico precisa principalmente de tratamento”

Ronaldo Vasques

“As pessoas que estão na ponta, vendendo a droga, são presas e substituídas diariamente”

Fausto Bawden

“Não depende [a organização criminosa] de um determinado sujeito, a não ser que aquele sujeito esteja em um ponto muito alto da hierarquia”

Thiago Colnago

JUIZ JOSÉ ADALBERTO COELHO

Magistrado honrou a toga proporcionando Justiça aos cidadãos

FERNANDO HUMBERTO DOS SANTOS*

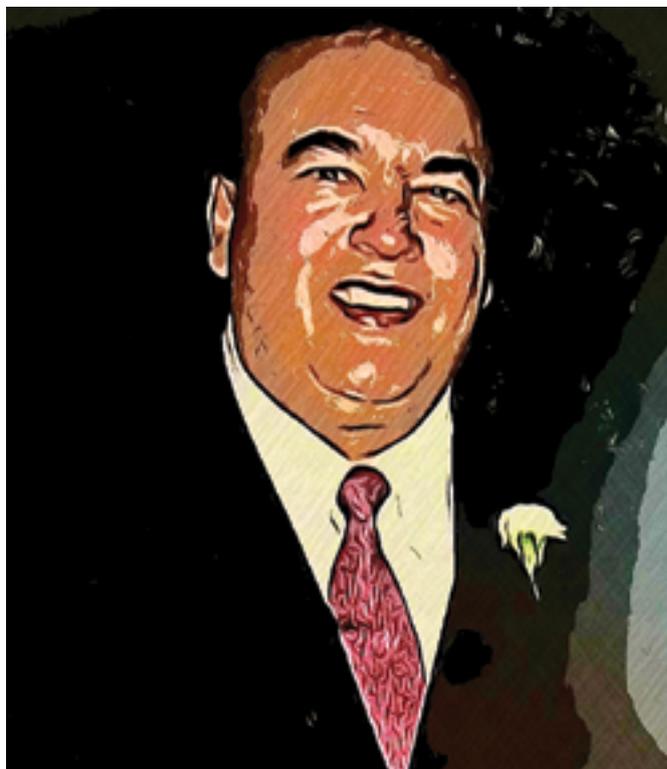
A morte faz parte da vida. Tão certa é a primeira, quanto breve essa outra. Permite a nossa cultura que, na solenidade cristã da encomendação, expressem-se os parentes e os amigos a propósito da sempre dolorosa despedida. Foi assim que, atendendo ao vice-presidente do TJMG, desembargador Afrânio Vilela, e com o assentimento do ministro do STJ, Arnaldo Esteves, a Magistratura despediu-se do seu membro, falecido no dia 2 de setembro de 2019.

- Adalberto!

Permita que o tratamento seja na segunda pessoa! Permita esse último colóquio dos amigos. Tu, que sempre fostes próximo. Tu, que sempre

Poderia dizer-se, também, como teus colegas do curso de Filosofia que, tal como Abelardo, também encontrastes tua Eloisa, esta sem o H, da francesa. No entanto, como aquele longínquo modelo intelectual, também construístes teus valores com a companhia de tua vida. Vivestes alegrias, sofrestes tristezas, dividistes amargores, rejubilastes glórias, consolidastes tua história e construístes o futuro.

Poderiam os teus alunos dizer, Adalberto, que difundistes ideias, que formastes espíritos elevados, que iluminastes tantas mentes com o saber farto que conseguias transmitir e com a firmeza da tua têmpera e a rigidez



Juiz José Adalberto Coelho

“EXCELÊNCIA, A MAGISTRATURA AGRADECE POR TER DELA PARTICIPADO E SABE QUE SEUS JURISDICIONADOS APLAUDEM A SUA HISTÓRIA. COMO TODO BOM JUIZ, COMBATEU E FOI COMBATIDO. COMO SÃO PAULO, GUARDOU A SUA FÉ. E COMO ULPIANO, HONROU A SUA TOGA”

fostes ouvinte. Tu, que cultivastes o diálogo e que acolhestes os argumentos mais contraditórios de mente e alma abertas. Ouve, agora, a voz que a Magistratura dirige a ti!

Por início de biografia, poderia dizer-se que descobristes, no Vale do São Francisco, o núcleo geográfico da tua vida iniciada no Alto Jequitinhonha. Ou que tua cultura religiosa de adolescente, quase infante, começou em Diamantina, na então rigorosa clausura do seminário. Dessa cultura que absorvestes e, desse fervor religioso, não abdicastes jamais.

do teu carácter.

Teus amigos, que são muitíssimos, poderiam atestar tua solidariedade, teu humanismo e tua bondade de coração para todos e, principalmente, para com os mais simples.

Mas, perdoa-me, Adalberto. Preciso falar do juiz.

Retifico, portanto, a saudação e o pronome, nessa última audiência.

- Exmo. Dr. José Adalberto!

V. Exa. foi o protótipo de juiz de Direito. Daquele cuja Magistratura pontificou, sempre, em primeiro grau, na carreira exercida ao longo de quarenta

e três anos. Tal como um pároco de aldeia, em sua diocese, a dedicação de V. Exa. foi sempre próxima dos jurisdicionados da Comarca. Sempre lhes dedicando sua vida, seu conhecimento e suas lições. Sempre exerceu a Magistratura completa, variada e geral, distribuindo todas as formas de direito e olhando na face agradecida do cidadão, do órfão, do enfermo e do injustiçado. A esses, mandou entregar o que lhe era devido. Da mesma forma, fixou o olhar na pessoa a quem – mesmo com pesar – teve que aplicar as penas ne-

cessárias para sua própria sobrevivência no meio social.

Assim, não são as Comarcas de Contagem ou de Campos dos Goitacazes as que mais identificam sua magistratura, mas as pequeninas, como as de Luz, de Sumidouro e de Dores do Indaiá.

Excelência, A Magistratura agradece por ter dela participado e sabe que seus jurisdicionados aplaudem a sua história. Como todo bom juiz, combateu e foi combatido. Como São Paulo, guardou a sua fé. E como Ulpiano, honrou a sua toga.●

[*] Juiz aposentado

Juíza Maria Isabel Fleck



TJMG

O assédio moral, entre outras consequências, pode prejudicar o ambiente de trabalho e, nos casos mais graves, desencadear doenças nas pessoas assediadas. Para impedir essa prática, e contribuir para a qualidade de vida nos locais de trabalho, o TJMG conta com a Comissão de Estudos e Prevenção de Assédio Moral, presidida pela juíza Maria Isabel Fleck, para quem todos os gestores devem contribuir para eliminar esse problema.

O que caracteriza o assédio moral e como se manifesta nos locais de trabalho?

Qualquer conduta de um superior hierárquico, ou do próprio colega de trabalho, que cause dor, sofrimento, invada a privacidade, represente humilhação, cause transtorno psíquico à pessoa assediada pode ser caracterizada como assédio moral. Essa prática pode ser manifestada por uma ação contra uma pessoa e até mesmo por omissão.

O que caracteriza a omissão nos casos de assédio moral?

Muitas vezes, a conduta é omissiva ocorre quando um empregado ou servidor é criticado de formas diversas, com gestos ou quando uma influência negativa contamina o ambiente de trabalho e o chefe imediato não percebe. A omissão pode ser pior do que uma ação para por fim ao problema, pois a indiferença causa mais dor e sofrimento. Todos os gestores têm a obrigação de contribuir para a qualidade de vida no ambiente de trabalho, de zelar pelo bom desempenho de todos e a convivência harmônica.

O que pode ser feito para impedir que a prática do assédio moral afete o local de trabalho?

A chefia precisa estar atenta a todo o momento ao assédio moral. A realização de reuniões periódicas, avaliações de desempenho, com entrevistas feitas de forma bem objetiva, inclusive abordando questões interpessoais, são algumas ferramentas que possibilitam ao gestor ter parâmetros para identificar alguma particularidade que indique a prática de assédio no local de trabalho. Esse comportamento pode afetar todo o ambiente, pois a pessoa assediada começa a se sentir mal, a produtividade cai, e acabam surgindo outros problemas. É preciso humanizar as relações de trabalho.

Como é atuação da comissão de prevenção ao assédio moral do TJMG?

A comissão atua para melhorar as relações interpes-

soais e humanizar o ambiente de trabalho. A partir do momento em que uma reclamação é formalizada, sorteia-se um relator entre os membros da comissão e é feita a apuração, inclusive ouvindo o suposto assediador, para averiguar se realmente existem indícios da prática do assédio moral. Identificado um problema, a comissão vai atuar para pacificar aquele conflito.

Como a criação da sala de escuta contribuiu com o trabalho da comissão?

Com a experiência adquirida com o trabalho da comissão, percebemos que é incômodo para as pessoas, tanto a vítima quanto o suposto assediador, lidarem com o assunto. Nós não tínhamos um ambiente adequado para trabalhar e, principalmente, acolhedor para receber as pessoas envolvidas na apuração da queixa, onde elas soubessem que estava sendo zeladas, cuidadas, respeitadas e, acima de tudo, que a situação estava sendo tratada com sigilo.

As reuniões para tratar desses casos aconteciam, geralmente, nos gabinetes ou em salas de audiência do juiz que presidia a comissão, em horários fora do expediente, o que fazia as pessoas se sentirem mais expostas, constrangidas. A falta de um espaço físico também era um problema para o armazenamento dos documentos da comissão, que são sigilosos, e não propiciava o desenvolvimento de estudos e o planejamento ações como campanhas educativas.

O que é feito quando não é possível pacificar o conflito?

No âmbito do nosso Tribunal, a resolução 748, que regulamentou a lei complementar 116 do Estado de Minas Gerais, está previsto que a própria comissão pode encaminhar o caso para a Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, caso entenda que determinada questão extrapole a competência da comissão. Nós temos obtido bastante êxito, até conscientizando o assediador de que sua conduta está errada. ●

Mineiros são destaques nos jogos da AMB

Magistrados levantaram troféus no futebol, tênis e corrida

Dos dias 11 a 14 de setembro, juizes e juizas de todo o País participaram, em Brasília, dos Jogos Comemorativos dos 70 anos da AMB, realizados em parceria com a Associação dos Magistrados do Distrito Federal [Amagis-DF], nos quais foram disputadas partidas e provas de basquete, beach tênis, corrida rústica, futebol super sênior, futsal, tênis de quadra, voleibol de areia e de quadra.

Entre os 200 competidores inscritos nos jogos, os magistrados mineiros destacaram-se com conquistas no futebol, no tênis masculino e feminino e na corrida rústica. Com uma campanha impecável, três vitórias em três jogos, o time super sênior da Amagis sagrou-se campeão na categoria. Durante a premiação, o juiz Gláucio Eduardo Soares Xavier recebeu os troféus de artilheiro e melhor jogador do campeonato, e o juiz Wagner Sana, a taça de goleiro menos vazado.

O selecionado mineiro foi formado pelos magistrados Armando Freire Agostinho Gomes de Azevedo, José Edgard Penna Amorim, Maurício Pinto Ferreira [diretor de Esportes da Amagis], Paulo Mendes Álvares, Ronaldo Claret de Moraes, Geraldo de Sousa Lopes, Marco Antônio de Melo, Geraldo Rogério de Souza, Vinícius de Ávila Leite, Guilherme de Azeredo Passos, João Batista Simeão da Silva, Gláucio Eduardo Soares Xavier e Wagner Sana Duarte Moraes. A comissão

GEORGIA BACVAROFF



Time de futebol society da Amagis em Brasília



Mariana Andrade e Cláudia Batista



Thiago Gandra e Armando Ventura

técnica da equipe foi composta por Darnival de Oliveira e José Luiz Oliveira.

Dos gramados para a quadra, o juiz Thiago Gandra reforçou o time de futebol de salão da Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte [Amarn], levantando o caneco na modalidade. O magistrado, ao lado do juiz Armando

Domingues Ventura, disputou também as partidas de tênis na dupla masculina.

Ainda no tênis, as juizas Cláudia Helena Batista e Mariana de Lima Andrade foram vice-campeãs na dupla feminina. A juíza Mariana de Lima conquistou o segundo lugar na prova de 10 quilômetros da corrida rústica. ●

CONVÊNIOS

● **Escola Superior Dom Helder Câmara**

Condições especiais para associados da Amagis em cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado em Direito.

Telefone: [31] 2125-8800

Endereço: Rua Álvares Maciel, 628, Santa Efigênia, Belo Horizonte – MG

Site: domhelder.edu.br

● **Exacta Administração Imobiliária**

Condições especiais para associados da Amagis.

Telefone: [31] 2104-6900

Endereço: Rua Viçosa, 197, São Pedro, Belo Horizonte – MG

Site: exactaimobiliaria.com.br

● **Audium Aparelhos Auditivos**

Desconto de 30% para toda a linha de aparelhos auditivos e sistema de FM. O benefício não é cumulativo. Teste domiciliar gratuito por até 15 dias.

Telefone: [31] 3213-2003

Unidades em Belo Horizonte, Nova Lima, Contagem, Sete Lagoas, Ipatinga, Montes Claros, Juiz de Fora e

Uberlândia

Site: www.audiumbrasil.com.br

● **Higienizadora Fernão Dias**

Descontos de 10% na limpeza e impermeabilização de estofados, instalação, higienização corretiva e preventiva de ar condicionado.

Telefones: [31] 3564-0546 ou 98324-1915

Endereço: Rua Doresópolis, 517, 201, Fernão Dias, Belo Horizonte – MG

Site: higienizadorafernaodias.com.br

25 tenistas disputam o terceiro torneio da Amagis

Competição foi realizada em dois dias de muita integração

GEORGIA BAÇVAROFF



Torneio foi marcado pelo clima de descontração entre os magistrados

Com a participação de 25 tenistas, entre magistrados e seus familiares, a Associação realizou, entre os dias 27 e 29 de setembro, o III Torneio Amagis de Tênis – Troféu Juíza Andréa Foureaux. Foram disputadas partidas nas categorias masculino A, B e C, feminino simples, dupla mista e dupla masculina.

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, falou sobre a importância do esporte não só para a promoção da saúde, mas para a integração da classe. Ele falou também sobre a homenagem à saudosa juíza Andréa Foureaux, que dá nome ao troféu, e agradeceu a presença de todos, particularmente do viúvo, Marcelo Rocha Benfica, e da filha da magistrada, Amanda Foureaux Benfica. “O torneio é sempre muito prazeroso porque é um momento de interação entre os colegas que praticam o esporte”, afirmou.

Para o vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, juiz Jorge Paulo dos Santos, a Amagis, por meio do torneio, promove a integração dos

juizes do interior e da capital e seus familiares, incentivando a prática esportiva que, para ele, é uma forma de os magistrados combaterem o estresse do dia a dia. “Este é um momento muito importante para todos nós, especialmente no atual momento pelo qual passa o Poder Judiciário. Nossa Magistratura é forte e é na Amagis, a Casa da Magistratura, onde nos reunimos e nos fortalecemos cada vez mais”, disse.

A diretora de Esportes Especializados da Amagis, juíza Cláudia Helena Batista, ressaltou o carinho de todos os envolvidos para com o torneio e agradeceu a atual gestão por consolidar a competição. “A congregação é o principal ponto do torneio de tênis, uma vez que envolve toda a família no evento. Estou muito feliz”, comentou.

Ao final da premiação foi sorteado um raquete de tênis e o ganhador foi o juiz Vinicius Miranda. As partidas foram disputadas nas quadras da Academia BH Tennis, no bairro Buritis, em Belo Horizonte. ●

RESULTADOS

● Masculino A

Lucas Oliveira Figueiredo

Campeão

Jeferson Keiji Saruhashi

Vice-campeão

● Masculino B

Richardson Brant

Campeão

Vinicius Miranda

Vice-campeão

● Masculino C

Artur Gonçalves

Campeão

Geovanny Morgan

Vice-campeão

● Feminino Simples

Olinda Narumi Saruhashi

Campeã

Mariana Lima

Vice-campeã

● Dupla Mista

Olinda Saruhashi e Adalberto

Rodrigues

Campeões

Jefferson Saruhashi e Erika Silveira

Vice-campeões

● Dupla Masculina

Vinicius Miranda e Ricardo Vianna

Campeões

Artur Gonçalves e Antônio Gonçalves

Vice-campeões

MPMG homenageia três magistrados mineiros

Alberto Diniz e governador Romeu Zema foram agraciados

Pela contribuição com a sociedade e a justiça social, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, e os juízes Elton Pupo Nogueira e Perla Saliba Brito foram homenageados, no dia 11 de setembro, com a Medalha do Mérito do Ministério Público Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos, concedida pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Nessa edição da medalha, o MPMG fez uma homenagem especial às vítimas da tragédia de Brumadinho (Grande BH), na qual o rompimento de barragem da mineradora Vale matou cerca de 300 pessoas e destruiu o meio ambiente e a economia da região.

O governador Romeu Zema (Novo), que recebeu o Grande Colar, falou em nome dos agraciados e destacou a importância de as instituições estarem em sintonia para contribuir com o desenvolvimento do Estado. Ressaltou também o empenho daqueles que buscam amenizar a dor dos atingidos

TIAGO PARRELA



Elton Pupo, Perla Brito e Alberto Diniz, presidente da Amagis

pela tragédia em Brumadinho.

O presidente da Amagis reafirmou a importância da interlocução com o MPMG para a pacificação social. Alberto Diniz destacou ainda as medidas tomadas pelo TJMG para uma prestação jurisdicional célere aos atingidos pelo desastre da mineradora.

Já no dia 5 de setembro, o presidente da Amagis participou, ao lado do presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, da homena-

gem ao diretor executivo da Record TV Minas, Gustavo Paulus, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O executivo é natural de Curitiba e recebeu o título de cidadão honorário de Minas Gerais.

“Sob seu comando, a Record Minas alcançou índices históricos de audiência em função de sua competência e, principalmente, por ter se identificado com os valores de Minas na divulgação coerente de nossa terra, povo e cultura”, reconheceu Alberto Diniz. ●

Magistrados fazem palestra na AML

Rogério Medeiros e Renato Jardim focam direito e literatura

O desembargador Rogério Medeiros, presidente do TRE-MG, e o juiz Renato César Jardim, presidente do Conselho Editorial da revista MagisCultura Mineira, participaram, no dia 19 de setembro, do programa Direito e Literatura, da Academia Mineira de Letras (AML). O tema da palestra foi “Magistratura e literatura: a relação e a influência da literatura no exercício da Magistratura”.

Segundo o desembargador Rogério Medeiros, como o direito não é uma ciência exata, além dos conhecimentos jurídicos, é necessário àqueles que atuam nessa

área, incluindo os magistrados, uma sólida cultura geral.

Na avaliação do juiz Renato César Jardim, os profissionais da área de direito demonstram uma tendência à vocação literária. Exemplo disso, de acordo com ele, é a qualidade da produção dos magistrados mineiros, que publicam poemas, contos, crônicas e ensaios na MagisCultura.

A abertura das palestras, da qual participou o presidente da AML, Rogério Faria Tavares, foi feita pelo curador do programa Direito e Literatura, juiz Fernando Armando Ribeiro. ●

GUTO CÔRTEZ



Palestras foram proferidas no auditório da AML

TJMG tem cinco novos desembargadores

Magistrados foram promovidos em sessão do Órgão Especial

Em ato realizado no gabinete da Presidência do TJMG, cinco novos desembargadores tomaram posse no dia 12 de setembro. São eles: Bruno Terra Dias (6ª Câmara Criminal), Glauco Eduardo Soares Fernandes (4ª Câmara Criminal), Laílson Braga Baeta Neves (18ª Câmara Cível), Jaqueline Calábria (10ª Câmara Cível) e Octávio de Almeida Neves (10ª Câmara Cível).

Na ocasião, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, disse que o Tribunal ganhará com a atuação de magistrados ta-

lentosos, experientes e dedicados à causa da Justiça. O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, afirmou que os novos desembargadores são qualificados, independentes e de grande compromisso social.

Os novos desembargadores foram promovidos, no dia 11 de setembro, pelo Órgão Especial do TJMG, no qual foram votados também os provimentos dos juizes mineiros. Saiba mais na coluna de Comarca em Comarca, na página 22.

Também em setembro,

TIAGO PARRELA



Posse dos novos desembargadores

o TJMG convocou os juizes Milton Lívio Lemos Sales, Habib Felipe Jabour, José Luiz de Moura Falei-

ros, Guilherme de Azeredo Passos e Renan Carreira Machado para atuar como substitutos no TJ. ●

Amagis conquista certificado de 'prédio seguro' dos Bombeiros

Sede cumpre todas as medidas previstas na legislação

A Amagis obteve, neste mês de setembro, certificado do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), conferido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, sobre a segurança predial de sua sede, em Belo Horizonte. O certificado atesta que a edificação possui as medidas de segurança previstas na legislação estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico vigente.

De acordo com a coordenadora do Departamento de Administração, Colônia de Férias e Patrimônio [Deacap], Mara Lúcia de Carvalho, para se obter o certificado, é feito todo um projeto de adequação dos ambientes com as exigências, como aplicação de placas, extintores, mangueiras, sinalizações, portas corta-fogo, luz de emergência, placas de sinalização em todo os andares do prédio, assim como no auditório e no salão de festas, que ganharam uma adequação própria para atender às exigências.

"Hoje, a Amagis possui uma equipe

de brigadistas, que, em caso de qualquer problema com incêndio, dá suporte para as pessoas desocuparem a edificação. Nós já havíamos conseguido o AVCB do Parque Esportivo e, agora, conseguimos o do prédio da Amagis", informou a coordenadora.

Segundo o diretor-tesoureiro da Amagis, desembargador aposentado Nicolau Masselli, com a obtenção deste certificado, a Amagis fica resguardada com relação à legalidade, em quaisquer circunstâncias. "Temos todos os equipamentos e estamos dentro da normalidade das exigências do Corpo de Bombeiros, o que nos dá mais segurança e tranquilidade", destacou.

Em matéria publicada pelo jornal Hoje em Dia, de Belo Horizonte, de março de 2019, quatro em cada 10 prédios da capital não possuem plano contra fogo, segundo estimativas da Comissão de Avaliações e Perícias da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). ●

AMAGIS



Sede da Amagis, em Belo Horizonte

DE COMARCA EM COMARCA

- Daniel Leite Chaves foi promovido, por antiguidade, da Unidade Jurisdicional Única da Comarca de Bocaiúva para o cargo de 5º juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Belo Horizonte
- Igor Queiroz foi removido, por antiguidade, da 31ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte para a 21ª Vara Cível da mesma comarca
- Renata Bomfim Pacheco foi removida, por antiguidade, do cargo de 29º Juiz de Direito Auxiliar a Comarca de Belo Horizonte para a 31ª Vara Cível
- Sabrina da Cunha Peixoto Ladeira foi promovida, por antiguidade, da Vara de Família e Sucessões Comarca de Itaúna, para o cargo de 29º Juiz de Direito Auxiliar de Belo Horizonte
- João Paulo Júnior foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Cível da Comarca de Pouso Alegre para a Vara de Execuções Criminais e de Precatórias Criminais da Comarca de Ipatinga
- Luiz Guilherme Marques foi removido, por antiguidade, da 2ª Vara Cível da Comarca de Juiz Fora para a 1ª Vara de Família da mesma comarca
- Ivanete Jota de Almeida foi promovida, por antiguidade, da Comarca de Santos Dumont para a 2ª Vara Cível da Comarca de Juiz Fora
- Breno Aquino Ribeiro foi removido, por Antiguidade, da 2ª Vara Cível da Comarca de Curvelo para o cargo de juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado da mesma comarca
- Manoel Jorge de Matos Junior, que respondia pelas Comarcas de Pompéu e Martinho Campos, foi promovido, por antiguidade, do cargo de 21º juiz de Direito Substituto para a 2ª Vara Cível da Comarca de Curvelo
- Luiz Felipe Sampaio Aranha foi removido, por merecimento, da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de João Pinheiro, para a Vara Criminal da Comarca de João Monlevade
- José Afonso Neto foi removido, por antiguidade, da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Ponte Nova para o cargo de Juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da mesma comarca
- Felipe Alexandre Vieira Rodrigues, 89º juiz de Direito Substituto, que respondia pela Comarca de Alvinópolis, foi promovido, por antiguidade, para 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Ponte Nova
- Marco Anderson Almeida Leal foi removido, por merecimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca Araçuaí para a 2ª Vara Cível Criminal e de Execuções Penais da Comarca de São Francisco
- Letícia Drumond foi removida, por antiguidade, da 1ª Vara Cível da Comarca de Itajubá para a 2ª Vara Cível da mesma comarca
- Fábio Aurélio Marchello foi removido, por antiguidade, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Itajubá para a 1ª Vara Cível da mesma comarca
- Maria Fernanda Manfrinato Braga, que respondia pela Comarca de Extrema, foi promovida, por antiguidade, do cargo de 35ª juíza de Direito Substituto para a Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Itajubá

Inscreva-se na lista de
WhatsApp ou **Telegram**
 da Amagis para receber
 informações exclusivas

Para se cadastrar, é necessário que o associado adicione aos contatos do seu celular o nº do WhatsApp da Amagis: **(31) 99881-4367** e envie uma mensagem solicitando a inclusão na lista.



PRISÃO ALIMENTAR: ENTRE O CÁRCERE E A TORNOZELEIRA

A constrição extrema pode ser precedida por medida menos gravosa

LUÍS CARLOS GAMBOGI*

O julgado do STF (Plenário. ADPF 347 MC/DF, Rel. Min. Marco Aurélio), ao deferir medida cautelar, reconheceu que o sistema penitenciário brasileiro vive um “Estado de Coisas Inconstitucional”. Trata-se de decisão que, em meu modesto entendimento, conclama juízes e tribunais a avaliarem se absoluta ou não a necessidade da prisão civil por inadimplência na verba alimentar, a depender da hipótese concreta e específica, de modo a também cooperarmos com os demais poderes da República com vistas a equacionar o gravíssimo problema.

Em verdade, a crise de encarceramento pela qual passa o País, de per si, requer do magistrado que seja cauteloso na adoção da medida

LXVII, da CR] e no disposto no art. 528, §4º, do CPC, in verbis: “a prisão será cumprida em regime fechado, devendo o preso ficar separado dos presos comuns”.

Ocorre que, à luz da interpretação teleológica e sistemática, não nos parece possível interpretar o art. 528, §4º, sem considerar o disposto no art. 805 do CPC, “norma meio” nas palavras do prof. Dierle Nunes, cuja redação preceitua que, na hipótese de execução, em havendo mais de um meio de se exigir a obrigação, adotar-se-á o meio menos gravoso ao devedor. O dispositivo é assim interpretado pela doutrina: “[...] prevê o art. 805 do CPC, que, sempre que a execução possa desenvolver-se por mais de um meio, deve-se optar por

719.969 presos no Brasil [Fonte: CNJ/BNMP 2.0 - Cadastro Nacional de Presos, 2018 - Acesso em: 10 jul. 2019], número que inviabiliza que o encarceramento do devedor alimentar se dê numa cela apartada dos homicidas, dos membros de quadrilha organizada, dos latrocidias, dos estupradores e demais criminosos de alta periculosidade. Ademais, no tocante à eficácia do decreto de prisão, cabe pontuar que, em consulta ao sistema de mandado, em julho de 2019, apurou-se que 389.049 ordens de prisão aguardam cumprimento [Fonte: CNJ / Banco Nacional de Mandados de Prisão - BNMP - Res. n. 37 - Acesso em: 10 jul. 2019], sendo que, somente em Minas Gerais, esse número chega a 31.453 ordens de prisão expedidas.

No que tange à eficácia do uso de tornozeleiras, como substituto à prisão na hipótese de inadimplência em verba alimentar, nosso Tribunal, até o momento, expediu quatro ordens, uma delas já confirmada pela 5ª Câmara Civil. Das quatro ordens

“A CRISE DE ENCARCERAMENTO PELA QUAL PASSA O PAÍS, DE PER SI, REQUER DO MAGISTRADO QUE SEJA CAUVELOSO NA ADOÇÃO DA MEDIDA EXTREMA, SOBRETUDO QUANDO O ILÍCITO TEM NATUREZA CIVIL”

“NÃO BASTASSEM AS RAZÕES JURÍDICAS E HUMANITÁRIAS, SOB O PONTO DE VISTA FINANCEIRO, ENQUANTO O ESTADO CONSUME R\$ 2.640 POR MÊS COM UM ÚNICO DETENTO, A TORNOZELEIRA LHE CUSTA R\$ 164,00/MÊS”

extrema, sobretudo quando o ilícito tem natureza civil. A constrição extrema, a prisão, pode ser precedida por medida menos gravosa, a implantação de tornozeleira monitorada eletronicamente. Se a medida preliminar, a tornozeleira, não tiver eficácia, aí sim, pode e deve ser adotada a prisão levando-se em conta a sua visceral necessidade e a alta probabilidade de ser a única medida dotada de eficácia para a consecução dos fins pretendidos.

O fundamento jurídico que alicerça a prevalência da prisão civil em regime fechado sobre a domiciliar monitorada por tornozeleira está na autorização constitucional [art. 5º,

aquele que seja menos gravoso ao executado. Ou seja, se coexistirem várias técnicas de efetivação judicial das prestações que tenham o mesmo grau de eficácia, então não se justifica o emprego da técnica mais onerosa ao executado, sob pena de transformar-se a execução em simples mecanismo de desforra do credor.” [MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 2, p. 714/715].

Não bastasse a superlotação do sistema prisional de nosso País, que, segundo dados do CNJ, conta com

expedidas, um devedor apresentou um apartamento como caução; outro, ofereceu caução de objetos móveis, que estão sendo avaliados pelo Juízo a quo; o terceiro, antes que lhe fosse implantada a tornozeleira, fez um acordo nos autos; por último, o quarto, que não se apresentou para que lhe fosse implantada a tornozeleira e, portanto, teve a medida convertida em prisão. Não bastassem as razões jurídicas e humanitárias, sob o ponto de vista financeiro, enquanto o Estado consome R\$ 2.640 por mês com um único detento, a tornozeleira lhe custa R\$164,00/mês.●

[*] Desembargador do TJMG

PENSAMENTO JURÍDICO

Mutirão Carcerário

Durante o 1º semestre deste de 2019, o TJMG realizou um mutirão carcerário que traçou o diagnóstico real e completo do número de presos no estado. O que é e o que faz o mutirão carcerário? Qual é a real situação dos presídios em Minas Gerais? Entrevistamos o desembargador Júlio Cezar Guttierrez, da 4ª Câmara Criminal do TJMG, que avaliou os resultados alcançados. [Foto]



Lei Maria da Penha

Eleita como tema prioritário pelos órgãos judiciais brasileiros, a violência contra a mulher ainda se faz presente na sociedade, mesmo após 13 anos de vigência da Lei Maria da Penha. Houve a consolidação da Lei Maria da Penha no Brasil? Conversamos com o juiz Marcelo Gonçalves de Paula, do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Belo Horizonte.

Impactos da Reforma da Previdência

O Pensamento Jurídico entrevistou o desembargador João Bosco Pinto Lara, do TRT da 3ª Região, que analisou o impacto das mudanças pretendidas pela Reforma da Previdência nas carreiras jurídicas, bem como a nova MP da Liberdade Econômica. Quais são os principais pontos da MP da Liberdade Econômica? Haverá efeitos trabalhistas nas mudanças previdenciárias?

Encontro Literário

Em parceria com a Associação Mineira do Ministério Público [AMMP], a Associação dos Magistrados Mineiros realizou o 1º Encontro Literário. A cerimônia aconteceu no auditório da Amagis e teve como objetivo promover uma reflexão e buscar convergências entre o mundo da literatura e da Justiça. O Pensamento Jurídico esteve presente e fez uma edição especial sobre o evento.

TV JUSTIÇA Sábado, às 12h [Canais 7, 117, 901 ou 5] - **TV COMUNITÁRIA** Sábado, às 22h [Canais 6 ou 13]

VIA JUSTIÇA

Reforma da Previdência

Aprovada em agosto pela Câmara dos Deputados, a Reforma da Previdência terá grande impacto nas carreiras jurídicas, bem como no serviço público. Conversamos com o desembargador Alberto Diniz Júnior, presidente da Amagis, e com o promotor Enéias Xavier Gomes, presidente da Associação Mineira do Ministério Público, que analisaram os principais pontos desta reforma. [Foto]



Registro de Nomes

O Via Justiça falou sobre o registro de nomes no Brasil. Abordamos as regras de registros públicos e a proibição de nomes vexatórios. Quais são as características do direito ao nome? Conversamos com a juíza Maria Luíza Rangel, da Vara de Registros Públicos de Belo Horizonte, e com o advogado Rodrigo da Cunha, presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

Atlas da Violência

Elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Atlas da Violência 2019 mostrou um crescimento da violência no País. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Jaubert Carneiro Jacques, da 6ª Câmara Criminal do TJMG, e o advogado Henrique Abi-Ackel, do Instituto de Ciências Penais.

Crimes Ambientais

O programa trata dos crimes contra o meio ambiente e as tragédias ambientais que ocorreram nos últimos tempos no Brasil. Quantos e quais são os crimes ambientais previstos na lei? Participam do programa o juiz Paulo de Tarso Tamburini Souza, da 6ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, e o advogado Renato Dilly, do Instituto de Ciências Penais.

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV ASSEMBLEIA** Sexta-feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]
TV COMUNITÁRIA Sexta-feira, às 23h30 [Canais 6 ou 13]



DIVULGAÇÃO

BAÚ DE ACORDES

Rock na Amagis

Tiago Parrela - *O Rock and Roll pode ser considerado um dos gêneros mais populares devido a sua grande influência no cenário musical em todo o mundo. Vários grupos e artistas destacaram-se em diferentes épocas tocando rock, seja com o bom e velho Rock'N'Roll ou amalgamando o ritmo com outras sonoridades.*

Diversos artistas brasileiros gravaram foram influenciados pelo gênero, seja compondo rock ou mesclando e produzindo a "geleia geral" da música com a influência da guitarra, baixo e bateria [formação clássica], combinando o ritmo em diversas manifestações mu-

sicais diferentes. A Tropicália pode ser considerada o movimento mais representativo desse mistura no Brasil.

Na década de 1950, surgiram Tim Maia, Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Jorge Ben. Todos com uma pegada musical atribuída à influência do rock. Já na década de 1960, aparecem os Mutantes, Novos Baianos, Ave Sangria, Terço e Joelho de Parco. Em 70, Clube da Esquina, Novos Baianos, Raul Seixas e Rita Lee, além de Alceu Valença e Zé Ramalho, que misturaram o rock com originalidades musicais.

Os anos 80 foram o da grande explosão do rock nacional, com grupos

do Rio de Janeiro e São Paulo, além de Brasília. Renato Russo e Cazuza são considerados os maiores letristas dessa geração. A banda Capital Inicial foi criada após o fim do grupo Aborto Elétrico, do qual Renato Russo participou e que, logo depois, o cantor Dinho Ouro Preto iria se juntar. No final do mês passado e início deste, a batida esteve de volta no Rock'in Rio. No dia 30 de novembro próximo, a Amagis irá celebrar o Encontro de Congraçamento ao som da banda Capital Inicial. Assim magistrados e familiares poderão presenciar um pouco da história do rock brasileiro.●

AGENDA CULTURAL

MÚSICA

● **LARISSA MANOELA**

Data: 12 de outubro
Horário: 19h
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: Pista/Arquibancada R\$ 120 [inteira] e R\$ 60 [meia], mesa 2 R\$ 240 [inteira] e R\$ 120 [meia], mesa 2 com quatro lugares R\$ 960, mesa 1 R\$ 280 [inteira] e R\$ 120 [meia], mesa 1 com quatro lugares R\$ 1.120
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

● **MELIM**

Data: 19 de outubro
Horário: 18h
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: Pista/Arquibancada R\$ 100 [inteira] e R\$ 50 [meia], mesa 2 R\$ 100 [inteira], mesa 2 com quatro lugares R\$ 400, mesa 1 R\$ 120 [inteira], mesa 1 com quatro lugares R\$ 480
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

● **ROUPA NOVA**

Data: 26 de outubro
Horário: 22h
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: Pista/Arquibancada R\$

100 [inteira] e R\$ 50 [meia], mesa 2 com quatro lugares R\$ 600, mesa 1 com quatro lugares R\$ 800
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

● **DIDO**

Data: 3 de novembro
Horário: 20h
Local: Km de Vantagens Hall (BH)
Ingressos: Arquibancada 1: R\$ 350 [inteira] e R\$ 175 [meia], arquibancada 3 R\$ 100, cadeira 1 R\$ 500 [inteira] e R\$ 250 [meia], cadeira vip R\$ 600 [inteira] e R\$ 300 [meia]
Informações: premier.ticketsforfun.com.br

● **MARIA RITA - PIANO E VOZ**

Data: 2 de novembro
Horário: 21h
Local: Palácio das Artes
Ingressos: plateia I, R\$ 240 [1º lote] e R\$ 280 [2º lote]; plateia II R\$ 190 [1º lote] e R\$ 230 [2º lote], plateia superior R\$ 140 [1º lote] e 170 [2º lote] *
Informações: [31] 3236-7400

● **ALCEU VALENÇA - AMIGO DA ARTE**

Data: 3 de novembro
Horário: 19h
Local: Palácio das Artes
Ingressos: plateia I, R\$ 150 [inteira] e R\$ 75 [meia]; plateia II, R\$ 130

[inteira], R\$ 230 [2º lote] e plateia superior R\$ 110 [inteira] e R\$ 55 [meia]
Informações: [31] 3236-7400

INFANTIL

● **LAMPIÃOZINHO E MARIA BONITA**

Data: 13 de outubro
Horário: 16h
Local: Cine Theatro Brasil
Ingressos: R\$ 60 [inteira] e R\$ 30 [meia]
Informações: cinetheatrobrasil.com.br

● **HÉLIO ZISKIND - ZIS SHOW**

Data: 20 de outubro
Horário: 16h
Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 20 [inteira] e R\$ 10 [meia]
Informações: centroculturalminastc.com.br

● **A PEQUENA SEREIA**

Data: 27 de outubro
Horário: 16h
Local: Centro Cultural Minas Tênis Clube
Ingressos: R\$ 22 [inteira] e R\$ 11 [meia]
Informações: centroculturalminastc.com.br

*As regras sobre o direito a meia entrada estão disponíveis no site fcs.mg.gov.br

Taxa de administração

Sem saber esse percentual, você pode estar perdendo dinheiro



Recentemente, um dos cinco maiores bancos brasileiros anunciou o corte de quase 50% na taxa de administração que cobrava dos clientes com dinheiro aplicado em fundos de curto prazo. A decisão parece ter sido motivada por uma reação que começou na internet com a notícia de que a taxa de administração cobrada até então era de 5,5% ao ano.

Mas o que significa esse índice? É muito ou pouco? A taxa de administração é um percentual que bancos e gestoras cobram dos clientes para administrar o dinheiro investido por esses. Essa taxa varia conforme cada

fundo e com o prazo que o dinheiro fica investido, mas ela tem que ser razoável, afinal, o rendimento pago ao cliente no fim depende dela.

E foi justamente esse o problema apontado pelas pessoas na internet e que parece ter levado o banco a diminuir a cobrança de 5,5% para 2,7% ao ano. Como o fundo desse banco pagava rendimentos atrelados à Selic, isso significava que os clientes ficavam sem nenhum rendimento real, já que o Banco Central fixou a taxa básica de juros em 5,5% ao ano, o mesmo índice da taxa de administração cobrada pela instituição bancária.

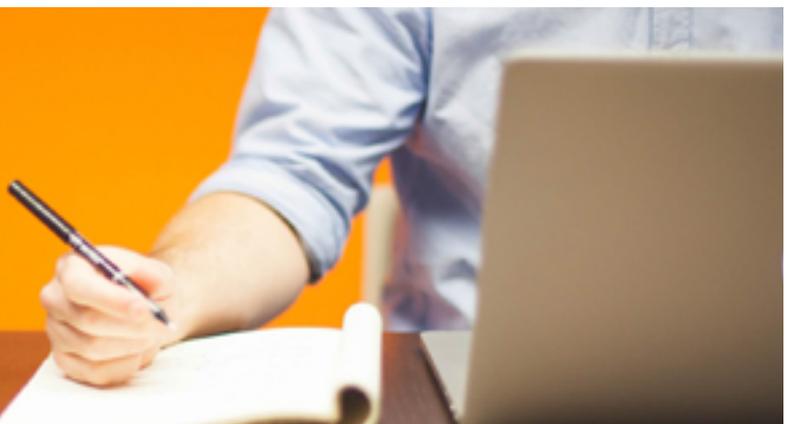
Esse exemplo demonstra a importância de os clientes estarem atentos não apenas aos rendimentos de seus investimentos (e aos riscos envolvidos em cada um, obviamente), mas também às taxas cobradas pelas instituições financeiras. Afinal, em casos mais extremos, o cliente pode não apenas ficar no zero a zero, como, pior, perder dinheiro se a performance dos rendimentos for inferior à taxa cobrada.

Para saber se o investimento realmente está valendo a pena, pergunte ao seu gerente qual o rendimento nos últimos meses ou anos, quais as taxas cobradas e faça as contas. ●

Convênios

Acesse a área de convênios no site da Amagis e economize tempo e dinheiro

Em www.amagis.com.br, vá até a seção "Institucional" e clique em "Convênios"



Diretoria investe em melhorias na gestão da Amagis Saúde

Rosimere Couto participou de seminário em Brasília

Com o objetivo de aprimorar os serviços prestados aos usuários da Amagis Saúde, a vice-presidente de Saúde da Associação, juíza Rosimere Couto, e a coordenadora do plano, Marina Shizuko, participaram do Seminário Nacional sobre a Saúde dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, nos dias 4 e 5 de setembro, em Brasília.

Segundo Rosimere Couto, além de propiciar o intercâmbio com representantes de Tribunais de Justiça de País, o seminário foi importante para aprofundar o conhecimento sobre a saúde dos magistrados. "Com a troca de conhecimentos realizada entre os Tribunais do País, poderemos alcançar uma gestão mais eficiente dos recursos aplicados nessa área", afirmou.

Durante o seminário, foram discutidas questões como a saúde mental dos magistrados e servidores, novas tecnologias e saúde, prevenção de acidentes de trabalho, a importância dos exames periódicos e os planos de autogestão em saúde.

Além disso, equipes do plano de saúde participaram, nos dias 12 e 18 de setembro, respectivamente, de palestra sobre retinopatia e outra sobre a legislação e regulação na saúde suplementar. A promoção foi da seção mineira da União Nacional

GIL FERREIRA/AGÊNCIA CNJ



Rosimere Couto e Marina Shizuko

das Instituições de Autogestão em Saúde [Unidas]. A iniciativa faz parte da política de aprimoramento do atendimento e serviços prestados dos usuários da Amagis Saúde, visando o bem-estar e qualidade de vida dos magistrados e seus familiares.

Em continuidade das ações de aperfeiçoamento do plano, a Amagis Saúde deverá participar, dos dias 23 a 25 de outubro, em São Paulo, do 22º Congresso Internacional Unidas. ●

DICAS AMAGIS SAÚDE

Cirurgia Refrativa – Excimer Laser

A Cirurgia Refrativa, também conhecida como Excimer Laser, é um procedimento eletivo que tem por objetivo a correção cirúrgica das ametropias ou erros de refração (miopia, hipermetropia e astigmatismo) e da presbiopia, para reduzir ou mesmo eliminar a necessidade constante de utilização de uma órtese para correção visual, como óculos ou lentes de contato. Esse procedimento é coberto pela Amagis Saúde e necessita de autorização prévia.

Para quem a cobertura é garantida?

A cobertura é garantida para pacientes com mais de 18 anos e grau estável há pelo menos um ano.

Quais os critérios por olho nos casos de miopia?

Para a miopia moderada e grave, de graus entre -5 a -10, com ou sem astigmatismo associado com grau

até -4, com a refração medida por meio de cilindro negativo.

Quais os critérios por olho nos casos de miopia?

Para a hipermetropia até grau seis, com ou sem astigmatismo associado com grau até quatro, com a refração medida por meio de cilindro negativo.



PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

DIRETORIA DA AMAGIS SAÚDE:

Vice-presidente de Saúde

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Diretor de Saúde

Desembargador Edison Feital Leite

Diretora Financeira

Juíza Flávia Birchal

Conselho Gestor:

Segunda Instância

Geraldo Domingos Coelho

Marco Aurélio Ferenzini

Suplentes

Valéria da Silva Rodrigues Queiroz

Edison Feital Leite

Juízes da Capital

Flávia Birchal de Moura

Kenea Marcia Damato de Moura Gomes

Suplentes

Clayton Rosa de Resende

Guilherme Azeredo Passos

Juízes do Interior

Dalton Soares Negrão

Fábio Torres de Sousa

Suplentes

Marcos Alberto Ferreira

Marcelo Carlos Cândido

Aposentados

Ana Maria de Oliveira Froes

José Maria dos Reis

Suplentes

José Nicolau Masseli

Paulo Mendes Álvares

Ouvidora da Amagis Saúde

Juíza Kenea Márcia Damato de Moura

Gomes

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo · Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634

Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico: Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Palestra desmistifica depressão Plano promoveu debate no 'Setembro Amarelo'

A Amagis Saúde promoveu, no dia 26 de setembro, a palestra 'Saúde Mental e Depressão: Impactos na qualidade de vida' proferida pelo psiquiatra Octávio Maia Saliba, que integra o programa Amor à Vida da Associação. A atividade foi promovida no 'Setembro Amarelo', mês de combate ao suicídio.

Na abertura do debate, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, observou que a depressão é uma doença cada vez mais presente na vida das pessoas, e que os magistrados não estão imunes a ela. "É de extrema importância a realização dessa palestra com um profissional qualificado como o dr. Octávio Saliba, para que possamos ter conhecimentos sobre a saúde mental e a depressão e, sobretudo, a prevenção", afirmou.

A vice-presidente de Saúde, juíza Rosimere Couto, ressaltou que a promoção da qualidade de vida dos associados e ações preventivas é um dos eixos de atuação da Amagis Saúde. Portanto, de acordo com ela, a palestra teve como objetivo não só informar, mas contribuir para o bem-estar dos usuários do plano. "Precisamos saber lidar com essa situação para aprender a colaborar com quem está deprimido, já que essa é uma doença grave", disse.

PALESTRA

O psiquiatra Octávio Saliba disse que apesar de ser tida como uma doença dos tempos modernos, a depressão existe há muitos anos. Entretanto, ele salientou que a realidade tem exigido que as pessoas se adaptem, cada vez mais, às transformações pelas quais a sociedade tem passado. "Isso impacta, na maioria das vezes, importantes alterações emocionais que podem ser muito prejudiciais", observou.

Segundo o psiquiatra, a doença não é identificada por

GEORGIA BAÇVAROFF



Octávio Saliba, Alberto Diniz e Rosimere Couto

meio do diagnóstico clínico. Um dos sintomas mais comuns da doença é o rebaixamento do humor, que afeta as esferas emocionais, cognitivas e físicas. "Outros sintomas, como perda do interesse ou prazer, sentimento de vazio, falta de esperança, insônia ou sono exagerado etc., que perduram por mais de duas semanas também podem ser indicativos de depressão", disse.

Octávio Saliba ressaltou que não se pode ter preconceito com relação à depressão e que a discussão sobre o tema é importante para esclarecer as pessoas e desmistificar o que se pensa no senso comum sobre a doença. Entre os elementos que contribuem no combate à depressão, o especialista apontou a positividade e a autoestima. "A sensação de bem-estar geral, a saúde mental positiva, a satisfação pessoal são fatores determinantes para a remissão da depressão", afirmou. *Veja a palestra na íntegra no site amagis.com.br.* ●

ATENDIMENTO PESSOAL E HUMANIZADO

TIAGO PARRELA



Equipe do setor de faturamento

Setor de Faturamento – A equipe é formada por Eliane Freire, Paulo Eduardo, Gustavo Dornas, Thiago Raposo, Sidineia Santos, Sueli Batista e Silvana Mendonça. O setor é responsável pelo recebimento, conferência, lançamento e pagamento das contas médicas encaminhadas pelos prestadores de serviços. O processo de análise das contas hospitalares é feito minuciosamente, de acordo com o regulamento da Amagis Saúde, as tabelas negociadas com os prestadores de serviço e as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A equipe também esclarece dúvidas dos associados com relação aos pagamentos, recursos de glosas, descontos de coparticipação e validação dos arquivos no sistema. ●